



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JOÃO PAULO CUNHA

Doc.
000848

Brasília DF, 23 de setembro de 2005

Senhor Senador:

De ordem do deputado **João Paulo Cunha**, solicito de Vossa Excelência autorização para que o órgão competente desta CPMI coloque a nossa disposição cópia do relatório de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU – no contrato da SMP&B, conforme divulgado na Folha de São Paulo de ontem na sua página A15, conforme anexo.

Respeitosamente,

SILVANA PAZ JAPIASSÚ

Secretária Particular
Deputado **JOÃO PAULO CUNHA** PT/SP

Exmo.Sr.

Senador **DELCIDIO AMARAL**

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito -
CPMI dos Correios
Senado Federal



Auditoria aponta irregularidades João Paulo

MARTA SALOMON

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União apontou a responsabilidade do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) em prejuízo de pelo menos R\$ 252 mil aos cofres públicos em contrato com a SMPB, agência em que Marcos Valério era sócio. O contrato rendeu R\$ 21,9 milhões à SMPB.

Entre as irregularidades indicadas pela auditoria está a contratação de pesquisas mensais de opinião supostamente destinadas a aferir a imagem da instituição.

Chamaram a atenção duas perguntas que estariam em desacordo com o objetivo do questionário: “Acreditam que José Dirceu tem culpa no cartório no caso Waldomiro ou não?” e “De uma maneira geral, você tem uma opinião positiva ou negativa sobre João Paulo Cunha?”.

O relatório, encaminhado ontem pelo presidente do TCU, Adylson Motta, à CPI dos Correios, complica ainda mais a situação do deputado, que comandou a Câmara em 2003 e 2004.

Sob risco de perder o mandato, João Paulo aparece no relatório das CPIs dos Correios e do Mensalão como beneficiário de R\$ 50 mil da conta da SMPB no Banco Rural em Brasília, por intermédio de sua mulher, Márcia Regina.

O relatório aponta que o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) e dois diretores públicos da SMPB fizeram irregularmente corrigidas pagas pela Câmara, via IFT (Idéias, de Jornalista).

Os auditores apontam que os boletins produzidos pela SMPB não existem, nem que os prestados. “É impossível que o IFT ter sido contratado pelo ex-presidente da Câmara, com maior do que em comissão da Câmara, seria um ato de relatório. Ia a Câmara pagar R\$ 21 mil em

Pelas pesquisas realizadas, a empresa Voz Subcontratada pagou R\$ 757 mil em guras para questionários que estão “objeto de vestidas de culada da imprensa”.

A auditora

